

Sarney quer a Constituinte com o atual Congresso Nacional

A votação da reforma constitucional pelo atual Congresso, através do entendimento de todos os partidos, foi defendida ontem, mais uma vez, pelo presidente do PDS, senador José Sarney.

"A reforma da constituição deve ser feita o quanto antes através do Consenso, para adequá-la à realidade da abertura democrática. A fórmula é secundária, o importante são as idéias a defender".

Sarney não vê qualquer viabilidade na elaboração de uma nova Carta Magna de orientação de um só partido porque poderia ser mudada imediatamente, quando ele deixasse de ser majoritário:

"Não adianta fazer a reforma por um só partido. A Constituição não pode ser expressão partidária, porque se o fosse cada Congresso elaboraria a sua. Ela deve ser regra permanente de todos nós e não uma manifestação partidária, razão porque não pode ser documento de inspiração de uma só agremiação".

IMPASSE

O segundo vice-presidente da Câmara, deputado Renato Azeredo, (MG), manifestou-se ontem favorável à idéia do próximo Congresso ser eleito com poderes constituintes expressos, defendida pelo ex-ministro Afonso Arinos. O deputado mineiro também concordou com a afirmação do ex-ministro de que se isso não for feito o país poderá ser levado a um impasse.

Renato Azeredo acentuou, porém, não concordar com a posição de alguns opositoristas, de que o atual Congresso não poderia elaborar nova carta pelo fato de estar contaminado pela ilegitimidade do processo eleitoral, que garantiu a maioria governista, inclusive através dos senadores biônicos.

Entende o segundo vice-presidente da Câmara, que o atual Congresso tem condições de legitimidade para preparar

novo texto constitucional, bem como poderes para isso. Admite, contudo, que do ponto de vista formal é melhor se convocar expressamente uma Constituinte, que seria integrada pelos parlamentares eleitos em 82.

A atual Constituição, segundo comentou Renato Azeredo, é uma colcha de retalho, que se formos emendar, ficaria ainda pior.

PROCEDENCIA

Salvador — O deputado Rogério Rego, presidente da Fundação Wilton Campos, do PDS, disse ontem concordar com a proposta do ex-ministro Afonso Arinos de Melo Franco, que sugeriu que o atual Congresso vote uma resolução conferindo poderes constituintes ao futuro legislativo a ser eleito em 82.

— Esta — disse — é uma tese que tem muito mais procedência do que a dos que acham que o atual Congresso já tem poderes para realizar a reforma da Constituição. O próximo Congresso, já renovado, e tendo recebido do atual essa delegação, terá seguramente, muito melhores condições para promover a reformulação que está sendo exigida pela sociedade. Terá mais legitimidade para fazê-lo, uma vez que, quando o eleitor votar no futuro parlamentar, saberá que está votando em um parlamentar constituinte.

Rogério Rego defendeu a necessidade de modificações na atual Constituição brasileira, por entender que as várias modificações nela feitas ao longo dos anos tiraram muito das características de lei maior da República:

— A atual Constituição — disse o presidente da Fundação Milton Campos — é o resultado de uma série de modificações promovidas para atender situações particulares, específicas. E, por isso mesmo, ela deixou de ser uma lei genérica, geral.